

JOVENS DA ESCOLA DA MAGUE

O FIM DA ARTE NO TRABALHO*

ANÁLIA TORRES** LUÍS CAPUCHA***

«Brinquei com carrinhos que fazia de latas de conserva e caricas. O meu filho desmonta os brinquedos que lhe dou para ver como funcionam...» (João)

João é motorista na Mague. O filho frequenta uma escola na mesma fábrica, estudando, tal como outros jovens da mesma idade, matérias como biologia, física, português, inglês, matemática, etc., a que se juntam trabalhos oficinais — serralharia, soldadura, torno, freza, electricidade. João não teve acesso a um curso especializado para guiar os camiões da fábrica. Mas o seu filho, hoje, aprende a ser operário numa escola com características especiais. Não é a velha escola industrial, já que as maté-

(*) Este trabalho começou por ser uma resposta a um desafio lançado no ano lectivo de 1982/83. Um grupo de alunos da cadeira de Sociologia das Classes Sociais e Estratificação do 2.º ano da noite do curso de sociologia do ISCTE decidiu aceitar a proposta do docente, António Firmino da Costa, e fazer convergir os seus trabalhos finais para um único tema — os jovens. A proposta foi transmitida e recebida com entusiasmo, e cada grupo que a aceitou escolheu dentro do tema uma área específica. O resultado final, apresentado numa reunião pública no ISCTE em 4 2 84, foi um vasto leque de trabalhos abrangendo as áreas seguintes: «O que foi e o que é a juventude em Portugal» (António Pedro Dóres); «Estudantes do secundário: que perspectivas, que futuro(s)?» (Maria Salomé Martins); «Trabalhadores-estudantes: alternativa ou confirmação» (João Carlos Camarate e Rosa

** Docente do ISCTE e investigadora do CIES

*** Finalista do curso de Sociologia do ISCTE

rias «teóricas» são idênticas às do unificado (aproximando-se do antigo liceu), e o funcionamento e gestão da escola se fazem na própria fábrica. Também não se pode assemelhar ao tipo de aprendizagem que antes se fazia na própria oficina, pela prática, com os laços de sociabilidade específicos que esta situação acarreta.

O brinquedo que João construiu com as suas próprias mãos e as latas e caricas disponíveis é hoje o brinquedo de plástico que o seu filho desmancha para ver como funciona, que facilmente põe de parte e troca por outro. João aprendeu fazendo. O filho tem um espaço marcado e preciso para aprender antes de começar a fazer.

A diferença entre estas duas situações é o espaço que medeia duas gerações, com práticas sociais diferentes e em tempos históricos diferentes e socialmente determinados. As diferenças nas práticas observadas ao analisar o tipo de aprendizagem do «ser operário» são também apreensíveis ao nível do simbólico.

Os jovens operário de hoje (sobretudo nas grandes fábricas) podem usar socos e um brinco na orelha, «curtem» música rock, não gostam do fato-macaco e procuram apagar exteriormente as marcas da distinção de classe em relação aos outros jovens da sua idade. E contudo, com os seus brincos, continuam a ser operários.

As diferenças e as semelhanças e sobretudo o que há de novo nesta maneira de ser operário, foi o objecto do nosso estudo. Estudar as práticas juvenis operárias contém, pela própria escolha, uma opção teórica clara: não há juventude no sentido lato do termo; há juventudes, ou melhor, situações do ser jovem. Sabíamos que ao mesmo tempo que os grupos etários marcam um período de vida, a pertença de classe contorna e define esse período, traça-lhes os limites e dá conteúdo às suas vivências.

Como perceber os limites não chega para entender práticas na sua especificidade e no que elas podem conter de novo, pusemo-nos a caminho tendo como referência não só o tipo de aprendizagem que estes jovens fazem, mas buscando sobretudo a referência ao mundo que fora e dentro da fábrica os cerca e envolve (1).

Procedemos a vários tipos de inquérito por questionário e entrevista não-directiva, por um lado aos próprios jovens da escola da Mague, por

Maria Parkinson); «A pesquisa aberta, a imaginação sociológica e os jovens» (Graça Saraiva); «Ensaio sobre um bando de jovens» (Cristina Oliveira); «Tradição renovada» (António Pedro Soares); «Espuma dos Dias — na ficção romanesca para a invenção de uma juventude» (Idalina Conde); «O mundo dos jovens por entre as grades — Prisão de Sintra» (Cristina Lobo e Fernanda Pinela); «Jovens da Escola da Mague — o fim da arte no trabalho» (Adelaide Madeira, Anália Torres e Luís Capucha); «A juventude como situação particular do Mercado, ou a História de uma geração» (António Pedro Soares).

Como experiência de aprendizagem foi um passo importante, julgamos, para qualquer dos estudantes envolvidos. Na sua base está uma concepção do ensino empenhada em transmitir aos alunos o gosto pelo trabalho de aprendizagem na investigação, que possa juntar vivacidade, actualidade e eficácia teórica.

outro aos jovens da mesma idade que frequentam a escola secundária de Alverca (ensino complementar unificado), e por outro, ainda, aos operários mais velhos.

O confronto entre os resultados do inquérito e a observação dos comportamentos dos jovens «aprendizes» da escola da Mague com os da escola de Alverca, permitiu-nos ter a percepção das diferenças e semelhanças entre jovens da mesma idade, ainda que com origens de classe distintas. À primeira vista, as diferenças não pareciam muito grandes e só um olhar mais profundo permitiu pôr de lado as aparentes semelhanças. Entre os operários aprendizes e os operários mais velhos, não havia dúvida: as diferenças eram significativas. Por um lado, as que assinalámos inicialmente — onde havia uma passagem quase imediata do mundo infantil para a fábrica, há agora um lapso de tempo de aprendizagem que introduz, a nosso ver, duas características novas: a primeira refere-se a traços de identificação destes operários com outros jovens da sua idade e de outras origens sociais; a segunda, à existência de um tempo de «irresponsabilidade» social que podemos considerar um dado novo — hoje há jovens operários, não apenas pela idade, mas pela inserção social que lhes confere um período de passagem e de aprendizagem para o mundo adulto da inserção real e efectiva no trabalho.

O estudo da trajectória de vida dos operários mais velhos e das suas expectativas em relação aos filhos parecem-nos também elementos importantes de reflexão. Por um lado, o facto de se confirmar o conceito de reprodução social alargada: é frequente a trajectória do pai operário não-qualificado a filho operário qualificado. Aqui era de ter em conta um conjunto de factores contribuintes, destacando-se em particular a relação que se estabelece entre o capital escolar de partida da família e o sucesso escolar do filho, que o pode levar a seguir o ensino unificado, num caso, ou a aprender na fábrica, noutro.

Por um lado a comparação entre mais velhos e mais novos pareceu-nos uma pista que se transformou depois, consideramos, numa conclusão do nosso estudo — a atitude perante o trabalho mudou. Enquanto os jovens operários encaram o trabalho apenas como uma maneira de ganhar a vida, os outros operários (mesmo os de 30 anos) consideram, ainda, muito importante o aperfeiçoamento, têm o «sentido da obra», no fundo sentem ainda o trabalho como uma «arte». Esta mudança relaciona-se directamente com transformações a três níveis básicos, relacionados entre si mas irreduzíveis:

— A evolução técnica do trabalho, que desapossa o operário do controle da peça como um todo. Isto não significa que não possam existir «elites» de operários que sentem orgulho no seu trabalho, por ser ele mais sofisticado e qualificado (por exemplo, certas formas de trabalho computorizado em máquinas que funcionam por comando numérico). Apesar disso, a massa dos operários está desapossada do antigo saber.

— Isto, todavia, não permite dar razão à perspectiva determinista que

reduz todas as transformações nas práticas dos operários às transformações operadas na divisão técnica do trabalho. A sociedade capitalista tem sofrido transformações não desprezíveis, particularmente as que se operam (ao nível das representações) na linha de demarcação clara entre o trabalho e a vida privada. Esta, hoje, é eleita como a vida «que vale a pena viver», constituindo a outra apenas um suporte material indispensável à segunda.

Um terceiro factor poderia ser introduzido, relacionado com as transformações políticas que se verificaram em Portugal nos últimos 11 anos, que tornaram remotas as perspectivas da mudança para uma sociedade dirigida pelos operários e criada à sua imagem. Esta pista foi, diga-se, pouco explorada, e por isso se dá dela pouca conta.

Enfim, um conjunto de factores inter e extra-profissionais que levam a que onde havia orgulho na profissão haja hoje uma atitude pragmática, onde havia ideias de mudanças radicais em futuros próximos haja hoje uma certa conformação com o presente, tentando tirar dele o melhor partido possível, as melhores condições possíveis.

O CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS DA MAGUE

O grupo de jovens com que entrámos em contacto frequenta um dos 15 Centros de Formação Profissional que, na altura, funcionavam em diversas grandes empresas. A acção levada a cabo pela Mague, Ministério do Trabalho e Ministério da Educação integra-se numa política, ultimamente muito debatida, de formação técnica de mão-de-obra qualificada, visando substituir-se ao vazio criado com a extinção dos antigos cursos industriais e comerciais. Pretende-se, assim, garantir a oferta de trabalho capaz de responder às necessidades do desenvolvimento tecnológico (nestes cursos os alunos formam-se em contacto com as tecnologias de ponta utilizadas nas grandes empresas), e também, como tem sido largamente propagandeado, «oferecer» alternativa aos jovens que, por insucesso escolar ou impossibilidade material de se manterem na escola, se vêm obrigados a abandonar o ensino unificado, sem sequer o chegar a frequentar ou só o fazendo para «ocupar o tempo» durante um curto período da adolescência.

Parece-nos, contudo, que os actuais cursos de formação profissional de jovens não se podem comparar, a não ser nalguns aspectos formais, às antigas escolas técnicas, nem as substituem. As diferenças, quer ao nível da origem de classe, quer ao nível das expectativas e trajectórias futuras, que existiam entre alunos das escolas técnicas e dos liceus, constituíam um problema diferente do que aqui tratamos: os níveis de escolarização, nessa altura, eram muito mais baixos. Frequentar uma escola, mesmo técnica, era já um privilégio em relação à maior parte dos jovens que,

muito cedo, começavam a trabalhar como operários. Agora, frequentar um centro de formação profissional é apenas a última saída possível.

Não se pode, tão pouco, considerar estes cursos como «alternativa». São, isso sim, um novo aspecto da reprodução da classe operária ou, para sermos mais precisos, uma das vias possíveis da reprodução social da classe operária, e nesse sentido são a confirmação de um destino inscrito na trajetória dos filhos das famílias menos ricas em capital profissional, escolar ou económico.

No caderno reivindicativo para 1981, os trabalhadores da Mague inscreviam o desejo de que fosse reaberta na empresa a admissão de aprendizes. A abertura do curso do Centro de Formação, embora em boa medida visasse apenas a manutenção de boas relações com o governo (favores que se pagam), e apesar de não ter sido garantida a admissão nos quadros da empresa dos operários que viessem a ser formados, foi apresentada pela Administração como uma resposta positiva (e aceite) à reivindicação. Quer isto dizer que pelo menos uma parte significativa dos operários traça para os filhos o destino de se tornarem, eles também, operários. E, se possível, operários qualificados, o que seria, em relação aos pais, o melhor percurso a que se poderia aspirar.

Que outras razões levariam alguns jovens a manter-se no ensino unificado e outros a querer aprender uma profissão, entrando assim naquilo que passou a ser a juventude operária?

Dos 33 rapazes entre os 14 e os 16 anos que frequentavam o curso de formação profissional da Mague, 19 eram filhos de operários, 6 eram filhos de empregados (um controlador de qualidade, um analista químico, um funcionário público, três escriturários), 1 era filho de um fotógrafo, 1 de um sargento-chefe e 5 eram filhos de jardineiros e cauteleiros. Os operários são, todos eles, especializados ou pouco qualificados, e os empregados são igualmente pouco qualificados. Comparando estes jovens com outros 23 rapazes da mesma idade e da mesma área residencial que frequentavam o ensino unificado, verificaremos que, de entre estes, 9 são filhos de operários, 12 são filhos de empregados, um é filho de um quadro da função pública e outro de um encarregado-geral. Embora a simples comparação percentual seja já de si significativa, ela ganhará outro sentido se vista ao nível da qualificação profissional/escolar de cada um dos grupos. De facto, a divisão mais tradicional entre operários e empregados tendo por base o trabalho que é executado (a produção ou não de mais-valia) esclarece pouco quanto à razão porque os jovens seguem caminhos (e têm perspectivas) diferentes. Será então necessário recorrer a outras variáveis que não apenas a profissão dos pais:

QUADRO I
Habitações Literárias dos Pais 2

	Analfabetos	Até 4.ª Classe	4.ª Classe	Preparatório	5.ª Ano	Mais que 5.ª Ano	Total
CM	Operários	2 (6,06%)	1 (3,03%)	16 (48,48%)	—	—	19 (57,57%)
	Empregados	—	—	4 (12,12%)	—	2 (6,06%)	6 (18,18%)
	Subproletários	3 (9,09%)	—	5 (15,15%)	—	—	8 (24,24%)
	Total	5 (15,15%)	1 (3,03%)	25 (75,75%)	—	2 (6,06%)	33 (100,00%)
UA	Operários	—	—	4 (17,39%)	2 (8,69%)	3 (13,04%)	9 (39,13%)
	Empregados	—	—	—	—	12 (52,17%)	12 (52,17%)
	Pequena burguesia	—	—	—	—	—	2 (8,69%)
	Total	—	—	4 (17,39%)	2 (8,69%)	15 (65,21%)	23 (100,00%)

CM = Centro da Mague
UA = Unificado de Aíverca

Aos elementos citados no quadro deve-se acrescentar que o número médio de filhos por agregado familiar dos alunos do unificado é de 2,0, só 3 rapazes têm mais que um irmão e nenhum pai ou mãe é falecida; no caso dos alunos do curso de formação profissional, a média de filhos por agregado familiar é de 2,4, são 13 os que têm mais que um irmão e 3 têm o pai falecido.

Embora de forma menos acentuada, a ocupação das mães confirma a clivagem que era evidente nos pais. Dizemos de forma menos acentuada porque quer num quer no outro grupo a maioria das mães são «domésticas» com a 4.ª classe. Mas não deixa de ser significativo que, sendo a percentagem de mães empregadas de 34,8 e 39,4, respectivamente para o unificado e para a escola da Mague, as primeiras tenham profissões como escriturárias (2), professoras primárias (3), educadoras de infância (2) e uma empregada de comércio, enquanto as segundas são empregadas de comércio (3), seleccionadora de madeiras (1), empregada de limpeza (3) e operárias fabris (6).

Filhos de operários frequentam o unificado e filhos de empregados frequentam o Centro de Formação Profissional em percentagens que não permitem estabelecer uma elevada correlação entre o tipo de profissão dos pais e a escola frequentada. Mas parece claro que o nível de **escolarização/qualificação** dos pais está na origem quer de diferentes níveis de capital económico disponível, quer de diferentes ambições transmitidas aos jovens, marcando-lhes destinos diferenciados.

Uns assumiram a expectativa de poder vir a obter um curso superior ou, pelo menos, um diploma que permita o acesso a uma profissão não-operária. Outros pretendem apenas obter uma qualificação profissional que lhes permita um emprego estável e tão bem remunerado quanto possível. Comparando com os pais, a qualificação seria um percurso ascensional.

Por isso, embora os filhos de operários qualificados que estudam no unificado critiquem o facto de a escola não lhes proporcionar nenhuma aprendizagem prática e sejam mais cépticos que os filhos dos empregados em relação às perspectivas futuras, todos querem continuar a estudar. Pelo contrário, os jovens operários do curso de formação profissional da Mague, que já conheceram, por mais de uma vez, o insucesso escolar,

visam apenas obter uma profissão que lhes assegure um futuro estável. A maioria, ou todos, conseguirão os seus objectivos. Aprenderão a trabalhar com o torno, a frezar ou a electricidade (que preferem à serralharia de bancada), serão operários qualificados enquanto os pais eram operários ou empregados sem qualificação ou faziam parte dessa camada mal definida a que chamámos sub-proletariado.

A forma de aprendizagem marca uma diferença significativa em relação às anteriores gerações de operários (3). Na verdade passa a haver aquilo a que, com propriedade, se pode chamar uma juventude operária. Estão num meio-caminho entre a escola e a fábrica, com alguma liberdade de acção e uma certa dose de irresponsabilidade características do que geralmente se considera o «ser jovem.»

Foi notória em todas as entrevistas com operários mais velhos (idades superiores aos 30 anos) a referência àquilo que consideram ser as «facilidades» de que os seus filhos beneficiam, materializadas num espaço e num tempo, relativamente prolongado, de preparação para o mundo adulto, o mundo do trabalho na oficina. A opinião dos pais de que «eles hoje não estudam é porque não querem, comigo e com a família podem contar», ao passo que «nós não tivemos possibilidade nem facilidades de natureza nenhuma, muito menos de especialização», traduz, de certa forma, o sentimento de que as coisas mudaram, de que os seus filhos não terão de deixar de ser crianças para se integrar imediatamente no mundo do trabalho onde a socialização se fazia na própria oficina (com recurso ao castigo corporal, ao escárnio — de que são exemplo as brincadeiras iniciáticas de fazer os aprendizes carregar por toda a oficina com «treque-lhambeques de orelha», ou limar peças oleadas, ou ainda pegar em peças quentes, etc. —, e à submissão à forte autoridade hierárquica de tipo corporativo característica de todos os grupos organizados com base na profissão), ou carregar com sacas de 100 kg às costas (como aconteceu aos pais dalguns destes jovens).

Dizer que «a juventude não sabe agarrar as oportunidades de que disfruta», ideia que, aliás, não é exclusivamente dos nossos entrevistados e se encontra em quase todos os discursos comuns sobre a juventude, escamoteia duas coisas fundamentais.

A primeira é que o próprio lugar de operário desqualificado que ocupam poderá estar em extinção, situação provocada pelo desenvolvimento tecnológico. Por exemplo, em 20 anos, a relação entre trabalhadores «directos» e «indirectos» na Mague passou de 4/1 para 1/1. Assim, as qualidades exigidas aos futuros operários serão, cada vez mais, o domínio da prática e os correspondentes conhecimentos teóricos (matemática, física, tecnologia, desenho, etc.), que se substituem à disciplina «corporativa» e respectivo saber fazer prático e experiente do ofício tradicional.

Em segundo lugar, não atendem a que, apesar de tudo, a aprendizagem («a vida») destes jovens operários é bem mais dura que a dos estudantes. O funcionamento do curso de formação profissional implica

a permanência do aluno no Centro entre as 8H00 e as 17H00, período durante o qual são administradas as aulas. Ao aluno é exigido que aprenda todo o programa que aprenderia no ensino unificado, para além da frequência das aulas práticas oficinais. Com a agravante de, se por acaso tiver insucesso escolar (o que, geralmente, se verifica exactamente pelo «chumbo» nas matérias teóricas), não poder repetir o ano e ser excluído do curso. A isso acrescenta-se ainda uma disciplina bem mais forte, traduzida por exemplo na impossibilidade de abandonar o recinto do Centro durante todo o período de aulas e na obrigatoriedade de vestir o fato-de-trabalho para ir almoçar. Parece, de facto, não haver juventude operária, mas como se vê, dificilmente se poderá considerá-la apenas como uma parte de um bloco homogéneo que seria a «juventude».

Pode-se argumentar que os antigos alunos das escolas industriais eram já, juventude operária. Não temos dados que nos indiquem quer a origem quer a trajectória desses jovens para, com segurança, poder aceitar ou rejeitar esta hipótese. No entanto eles estavam, isso é certo, ainda longe do mundo do trabalho, para todos os efeitos eram estudantes. Além disso, é pouco provável que fosse comum os operários mandarem os seus filhos à escola, mesmo para tirar um curso industrial. Isso verifica-se, de facto, ou para a aristocracia operária ou para outros sectores da população (nomeadamente a pequena-burguesia tradicional), para quem o diploma era uma forma de assegurar a manutenção do *status quo* (o primeiro caso) ou de reconversão de capital capaz de garantir recursos futuros (no segundo caso). De qualquer das formas, os operários que eventualmente tenham passado por essas escolas (que, certamente, não marcavam ao indivíduo apenas o destino de operário (4)), ou rapidamente ascenderam a posições de chefia ou encontram-se no topo da hierarquia da remuneração e «prestígio» entre os operários, ocupando as profissões mais qualificadas (5).

Todas as condições convergiam para tornar muito difícil a um filho de «pequeno-burguês tradicional», de um «novo pequeno-burguês» ou de um «operário qualificado» descer abaixo dos níveis de remuneração, cultura ou prestígio do operário qualificado. Por outro lado, seria muito difícil ao filho do camponês, do operário desqualificado ou do empregado de nível baixo ultrapassar essa linha. O seu destino mais certo seria continuar como operário especializado ou pouco qualificado. Poderia haver diversas reconversões dentro de cada um dos níveis, mas dificilmente se poderia ultrapassar, para «baixo» ou para «cima», a linha de qualificação (isto para quem entrava na fábrica).

Hoje em dia, o diploma do curso industrial terá perdido muita da sua eficácia, não porque se tenha generalizado a sua posse (inclusive o curso foi extinto), mas sim porque os filhos dos operários diplomados procuram outras vias (como se verifica pelo Quadro I), passando quase sempre pela escola, que lhes evitem, pelo menos, a vida de operário. Os outros, se o melhor que lhes pode acontecer será vir a ser operários qualificados,

procurarão justamente o meio-caminho entre a escola e o trabalho, os cursos de formação profissional. Contudo, ao terminar, não mais ficarão colocados no topo da hierarquia da oficina, pois as tarefas indiferenciadas tendem a ser substituídas pelo trabalho da máquina e pela organização científica do trabalho. Se existem casos em que a introdução de novas técnicas e da organização científica do trabalho provoca o aparecimento de novas profissões desqualificadas ou desqualifica a execução de tarefas que se prestam à automatização, noutros casos cria novas qualificações (nomeadamente operadores de comandos centrais e de comandos numéricos, agentes de métodos, preparadores de trabalho) e, particularmente no caso de uma empresa de metalo-mecânica que trabalha por encomenda, faz desaparecer antigos lugares desqualificados, de que o servente é o melhor exemplo. Os jovens aprendizes, tal como os seus pais, manter-se-ão no fundo da escala. A linha de divisão mudou de lugar, mas apenas porque se extinguíram alguns lugares «abaixo», crescendo os «de cima» (o emprego qualificado e melhor remunerado).

O FIM DA ARTE NO TRABALHO

As alterações estruturais que condicionam a trajectória destes jovens operários produzem, como não podia deixar de ser, práticas distintas das dos mais velhos. A figura-tipo do operário metalúrgico qualificado estará muito alterada se, como pensamos, o caso estudado for exemplar como tendência.

Na realidade, o velho operário metalúrgico (velho se comparado com os «nossos» jovens) fez a sua entrada no mundo da oficina como aprendiz, pela mão do pai, de um familiar, pelo pedido a um encarregado ou vindo directamente do campo, e foi na fábrica que aprendeu todos os segredos, quer técnicos quer simbólicos da profissão (6). Mesmo que tenha andado na escola, foi na oficina que deu os primeiros passos como operário. Muitos deles, aliás, realizaram grandes sacrifícios para aprender a profissão, mas fizeram-no com entusiasmo, traduzido na afirmação de que «vontade e orgulho no ofício é o principal». Nutrem e cultivam o aperfeiçoamento no trabalho, colocando em grande destaque sentimentos como o brio, o gosto por aquilo que se executa e o orgulho de se saber um membro útil e com um lugar na sociedade. São operários na fábrica e fora dela, possuidores de forte consciência técnico-profissional afirmando-se como profissionais de corpo inteiro: produtores com direito ao reconhecimento quer económico, quer social e político.

A evolução tecnológica e da organização científica do trabalho vai-lhes retirando o capital profissional mais importante que possuíam: o domínio absoluto dos segredos técnicos de ferramentas e materiais. Estes segredos concentram-se agora em gabinetes de métodos e preparação, impessoalizados, burocraticamente organizados e comandados não mais pelo «encarregado», mas pela «empresa». Ao mesmo tempo a velha

disciplina operária, feita com grande dose da autoridade pessoal de quem sabe mais e é mais experiente (autoridade que muitas vezes se estendia para além dos muros da empresa, para se transformar na dívida pessoal pelo «favor» prestado) vai sendo substituída pela disciplina impessoal de tipo técnico-burocrática, pela qual os novos gestores exercem a sua autoridade. Os velhos operários (com 30 anos ou mais) resistiram activamente a todas estas alterações. Para os jovens, tudo será um dado à partida, e é a integrar-se neste novo mundo que aprendem.

Acompanhando as alterações na fábrica, o conjunto da sociedade apresenta, ela também, nova face. Um dos aspectos é a falência dos projectos de um futuro risonho e de mudança social dirigida pelos operários. O antigo operário era um profissional dentro e fora da fábrica, o trabalho (não a relação técnica com a peça, mas o facto de se saber «um trabalhador») enformando a prática social a todos os níveis. Hoje, o mundo do trabalho está perfeitamente diferenciado da vida privada, são duas facetas distintas (ou que se procura viver como distintas) nada fazendo crer, sequer, que a do trabalho seja a mais valorizada. Pelo contrário, procura-se enriquecer o lugar da vida não-profissional (ainda que à custa da solidariedade que garantia uma coesa — e por vezes eficaz — acção política e sindical).

À ética do aperfeiçoamento pelo trabalho substituiu-se uma sensibilidade de tipo narcisista (7) que privilegia e impulsiona o consumo, o prazer, o lazer.

Os mais jovens, na fábrica, mantêm com a máquina uma relação puramente técnica, utilizando conhecimentos que aprenderam na escola. Já não são os profissionais de corpo inteiro que consideram a sua profissão como uma arte que se aprende com gosto, dedicação e esforço. Não podem, aliás, sentir brio na execução de uma obra que já não é sua, mas que vem toda pensada nos «papéis» que lhe mandam executar todos os movimentos.

Fizemos aos operários mais velhos uma pergunta que havia sido feita aos mais novos, sobre o que consideram ser a sua profissão. Os valores foram atribuídos numa escala de 1 a 4 por ordem de preferência decrescente. Eis os resultados:

Quadro II

	Jovens				Operários mais velhos			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Uma arte	12,1%	12,1%	66,7%	9,1%	48,5%	18,2%	18,2%	12,1%
Uma forma de ganhar a vida	30,3%	30,3%	21,2%	12,1%	51,5%	33,3%	9,1%	6,1%
Uma simples ocupação	12,1%	—	—	84,9%	12,5%	6,1%	18,2%	60,6%
O melhor de momento	54,5%	21,2%	21,2%	—	24,2%	21,2%	45,5%	9,1%

Nota: As percentagens foram calculadas, para cada grupo, na horizontal

O importante deixou de ser o orgulho de se fazer aquilo de que se gosta (e isto ao próprio nível do discurso dos actores), para ser aquilo que se ganha e o tempo que se gasta, fazendo não importa o quê, desde que seja pago. O trabalho passa a ser o oposto à vida privada, o local por onde tem que se passar para manter, cá fora, uma vida estável e um nível de consumo tão elevado quanto possível. Se encontrarmos entre os jovens operários, nos seus tempos livres, exactamente as mesmas actividades que os outros jovens que estudam (tipo de música e livros que se ouvem e lêem, locais que se frequentam, ocupação dos tempos livres, a mesma atitude — ou o mesmo tipo de respostas — face à «política», etc.), é exactamente porque o trabalho é o meio de poder, na vida privada, «parecer» esquecer que se é operário, quer dizer, não afirmar «altivamente» a sua condição, mas antes fazer por aceder a níveis de consumo, prazer e lazer que permitam esquecer o mundo da fábrica.

NOTAS

(1) O trabalho realizou-se, aliás, no âmbito da cadeira de Sociologia das Classes e da Estratificação, e teve necessariamente em conta esta perspectiva analítica e não a da Sociologia do Trabalho.

(2) Por razões operacionais dividimos o universo das profissões dos pais em operários, empregados e «outros», englobando estes o sub-proletariado, classificação plausível entre outras que pretendem abranger situações pouco definidas (jardineiro, cauteleiro) num caso e a pequena burguesia (quadro da função pública e encarregado geral) no outro. Embora reconhecendo as limitações próprias a qualquer operacionalização, julgamos ser a forma mais correcta de dar conta da diferença na origem social dos jovens de uma e outra escola, que, como se vê, não é redutível à simples (e já de si muito problemática) divisão entre trabalho «produtivo»/trabalho-não produtivo realizado pelos pais.

(3) Em «La jéneusse n'est qu'un mot», Bourdieu classifica o conflito de gerações como conflito entre diferentes posições em relação ao acesso a bens e a aspirações. Cf. «La jéneusse n'est qu'un mot», in *Questions de Sociologie*, Paris, les Editions de Minuit, 1984.

(4) São inúmeros os casos de pequenos proprietários de oficinas, técnicos de desenho, etc., que por lá passaram.

(5) Ver PATRIARCA, Fátima, «Taylor no purgatório — o trabalho na metalomecânica pesada», in *Análise Social* n.º 71, 3.ª série, vol. XVIII, Lisboa, 1982.

(6) Claro que nem todos os operários da Mague aprenderam a profissão nesta empresa. Isso não obsta, contudo, à realidade do que aqui dizemos. Pelo contrário, em pequenas empresas ou oficinas em que tenham realizado a aprendizagem, porque mais pessoalizada, o peso da socialização corporativa no ofício é mais forte e nada contraditório com o que se passou com os que aprenderam, desde aprendizes, na Mague.

(7) No sentido que é dado ao termo em LASH, Cristopher, *Le complexe de Narcisse — La nouvelle sensibilité américaine*, Editions Robert Laffont, Paris, 1980.